



## **Demonstrações financeiras consolidadas**

**31 de março de 2016**

**REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**

## ÍNDICE

<b>1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DO 1º TRIMESTRE 2016</b>	<b>4</b>
<b>2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	<b>10</b>
<b>3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016</b>	<b>15</b>
1 INFORMAÇÃO GERAL	15
2 BASE DE PREPARAÇÃO	19
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	19
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	24
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	27
6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31
7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	33
8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	38
9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	40
10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	43
11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	44
12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	49
13 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS	49
14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	51
15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	53
16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	55
17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	55
18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	56
19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	57
20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	57
21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	58

---

<b>22 GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>58</b>
<b>23 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS</b>	<b>59</b>
<b>24 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>59</b>
<b>25 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO</b>	<b>59</b>
<b>26 RESULTADO POR AÇÃO</b>	<b>60</b>
<b>27 DIVIDENDOS POR AÇÃO</b>	<b>60</b>
<b>28 GARANTIAS PRESTADAS</b>	<b>61</b>
<b>29 PARTES RELACIONADAS</b>	<b>62</b>
<b>30 EVENTOS SUBSEQUENTES</b>	<b>65</b>

## 1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DO 1º TRIMESTRE 2016

### 1.1 Resultados

No primeiro trimestre de 2016, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 6,1 milhões de Euros, um decréscimo de 14,2 milhões de Euros face ao mesmo período do ano anterior, explicado pela mais-valia obtida em 2015 com a venda da participação de 1% que o Grupo detinha na Enagás (-16,1 milhões de Euros no resultado líquido). De salientar que, os resultados de 2016 refletem a manutenção da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético, à semelhança do ano anterior (25,9 milhões de euros em 2016 e 25,4 milhões de Euros em 2015). Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o resultado líquido apresentou um crescimento de 5,6% (+1,7 milhões de Euros).

O resultado financeiro manteve a trajetória de crescimento, registando uma melhoria de 4,3% (+1,0 milhões de Euros) face ao período homólogo do ano anterior, para a qual contribuiu a redução de 0,4 p.p. no custo médio de financiamento, para 3,7% (4,1% em março de 2015), apesar do aumento de 4,3% na dívida líquida para os 2.473,2 milhões de Euros.

O investimento situou-se em 11,3 milhões de Euros e as transferências para exploração em 0,9 milhões de Euros, um aumento de 2,9 milhões de Euros e 0,3 milhões de Euros, respetivamente, em comparação com o primeiro trimestre de 2015. O RAB médio cresceu 29,7 milhões de Euros (+0,8%), situando-se nos 3.542,1 milhões de Euros, devido essencialmente ao crescimento no setor do Gás Natural que reflete a aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo de GN à Galp em maio de 2015.

<b>Principais Indicadores</b> (milhões de Euros)	<b>Março 2016</b>	<b>Março 2015</b>	<b>Var.%</b>
EBITDA	121,1	138,3	-12,4%
Resultado financeiro <sup>1</sup>	-23,4	-24,5	4,3%
Resultado líquido <sup>2</sup>	6,1	20,3	-70,0%
Resultado líquido recorrente	32,0	30,3	5,6%
Capex total	11,3	8,4	35,2%
Transferências para Exploração (a custos históricos) <sup>3</sup>	0,9	0,6	41,3%
RAB médio (a custos de referência)	3.542,1	3.512,4	0,8%
Dívida líquida	2.473,2	2.371,7	4,3%
Custo médio da dívida	3,7%	4,1%	-0,4p.p.

<sup>1</sup> Os custos financeiros de 0,1 milhões de Euros em Março de 2016 e proveitos de 0,1 milhões de Euros em março de 2015 decorrentes dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal – denominado FTR (Financial Transaction Rights), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

<sup>2</sup> Valor de 2015 reexpresso (ver nota 3 do Relatório e Contas)

<sup>3</sup> Inclui aquisições diretas (RAB related).

## Resultado operacional - EBITDA

O EBITDA ascendeu a 121,1 milhões de Euros, um decréscimo de 12,4% (-17,2 milhões de Euros) face ao ano anterior.

<b>EBITDA</b> (milhões de Euros)	<b>Março 2016</b>	<b>Março 2015</b>	<b>Var.%</b>
<b>1) Proveitos de ativos</b>	<b>113,4</b>	<b>109,9</b>	<b>3,2%</b>
Remuneração do RAB	55,1	54,0	2,0%
Diferenças de alisamento (gás)	-0,8	-0,9	-17,2%
Remuneração de terrenos	0,1	0,1	-4,5%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,2	0,2	-1,2%
Remuneração de ativos em fim de vida	5,0	4,6	10,7%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	49,3	47,6	3,5%
Amortização dos subsídios ao Investimento	4,5	4,5	1,3%
<b>2) Proveitos de Opex</b>	<b>23,1</b>	<b>22,6</b>	<b>2,2%</b>
<b>3) Outros proveitos</b>	<b>4,0</b>	<b>25,2</b>	<b>-84,1%</b>
<b>4) TPE's (capitalizados no investimento)</b>	<b>3,5</b>	<b>3,7</b>	<b>-5,8%</b>
5) Rendimentos de construção – Ativos concessionados (excl. TPE's capitalizados no investimento)	7,9	4,7	67,5%
<b>6) OPEX</b>	<b>22,8</b>	<b>23,1</b>	<b>-1,1%</b>
Custos com pessoal <sup>4</sup>	12,5	12,5	-0,7%
Custos externos	10,4	10,5	-1,6%
<b>7) Gastos de construção – Ativos concessionados</b>	<b>7,9</b>	<b>4,7</b>	<b>67,5%</b>
<b>8) Provisões/(reversão)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>n.m</b>
<b>9) Imparidades/(reversão)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>n.m</b>
<b>10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)</b>	<b>121,1</b>	<b>138,3</b>	<b>-12,4%</b>

A explicar a evolução negativa do EBITDA está essencialmente o efeito não recorrente da **mais-valia gerada em 2015 com a venda da participação de 1% que a REN detinha na Enagás (20,1 milhões de Euros no EBITDA)**, ligeiramente compensado pelo crescimento dos proveitos de ativos regulados e pelo aumento da eficiência operacional do grupo.

<sup>4</sup> Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal

No que diz respeito à evolução dos proveitos de ativos do grupo destaca-se:

- A evolução dos proveitos de recuperação de amortizações (+1,7 milhões de Euros), consistente com o aumento da base de ativos regulada.
- O aumento da remuneração da base de ativos regulada<sup>5</sup> (+1,2 milhões de Euros), refletindo essencialmente o crescimento do RAB médio, com particular destaque para o Gás Natural onde se encontra refletida a aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo à Galp em maio de 2015, mas também um ligeiro aumento na taxa de remuneração, em linha com o aumento das OT da República Portuguesa a 10 anos.

Por sua vez, o grupo REN deu continuidade aos esforços de melhoria da eficiência operacional, refletidos na **redução de 0,3 milhões de Euros no Opex do grupo (-1,1%)**. A contribuir para a evolução do opex esteve a redução em custos com pessoal de 0,7%, e em custos externos core (-9,2%), parcialmente compensados pelo aumento de 13,6% nos custos externos não core (custos *pass-through*).

## Resultado líquido

O resultado líquido do 1º trimestre de 2016 situou-se nos 6,1 milhões de Euros, um decréscimo de 14,2 milhões de Euros (-70,0%) face ao mesmo período do ano anterior, influenciado essencialmente pela redução de 17,2 milhões de Euros no EBITDA cuja evolução foi afetada pela mais-valia gerada em 2015 com a venda da participação de 1% que a REN detinha na Enagás (20,1 milhões de Euros de efeito no EBITDA; 16,1 milhões de Euros de efeito no resultado líquido).

Por outro lado os resultados foram positivamente influenciados pelo aumento do resultado financeiro (+1,0 milhões de Euros, +4,3%). A contribuir para este bom desempenho esteve a redução de 0,4 p.p. no custo médio de financiamento, para 3,7% (4,1% em março de 2015), apesar da evolução da dívida líquida, que cresceu 4,3% para os 2.473,2 milhões de Euros.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente do 1º trimestre de 2016 apresenta um crescimento de 5,6% (+1,7 milhões de Euros). Os itens não recorrentes considerados no primeiro trimestre de 2016 e 2015 são os seguintes:

- i) Em 2016: i) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2016 (25,9 milhões de Euros)

<sup>5</sup> Inclui efeito de alisamento (gás)

- ii) Em 2015: i) cost of carry do penhor do Banco Europeu de Investimento (1,0 milhões de Euros; 0,7 milhões de Euros após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2015 (25,4 milhões de Euros); iii) Mais-valia gerada com a venda da participação detida na empresa Enagás (-20,1 milhões de Euros; -16,1 milhões de Euros após efeito fiscal).

<b>Resultado líquido</b> (milhões de Euros)	<b>Março 2016</b>	<b>Março 2015</b>	<b>Var.%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>121,1</b>	<b>138,3</b>	<b>-12,4%</b>
Amortizações	53,6	51,9	3,1%
Resultado financeiro <sup>6</sup>	-23,4	-24,5	-4,3%
Imposto do Exercício	12,1	16,2	-25,1%
Contribuição extraordinária s/ sector energético	25,9	25,4	1,9%
<b>Resultado líquido</b>	<b>6,1</b>	<b>20,3</b>	<b>-70,0%</b>
Itens não recorrentes	25,9	10,0	158,7%
<b>Resultado líquido recorrente</b>	<b>32,0</b>	<b>30,3</b>	<b>5,6%</b>

## 1.2 RAB médio e investimento

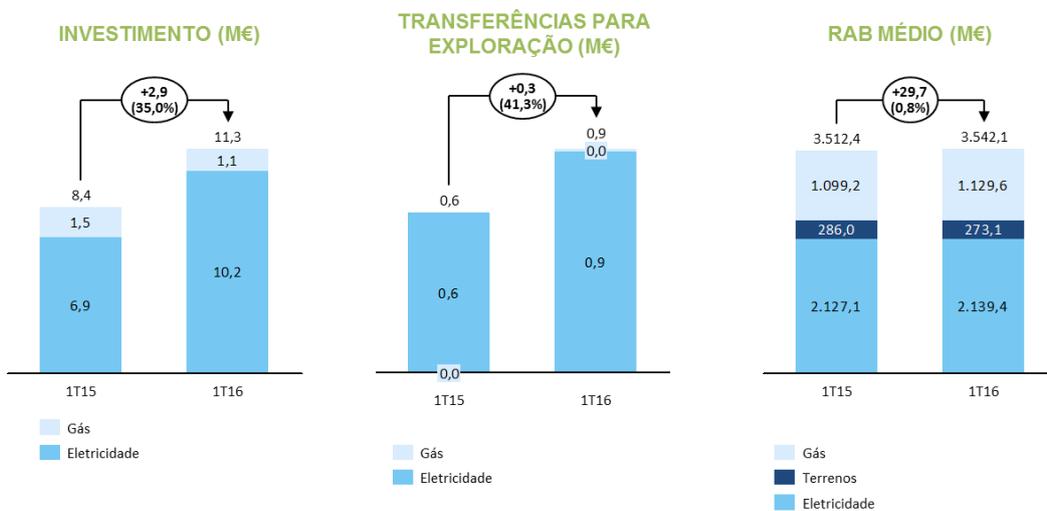
No primeiro trimestre de 2016, o investimento atingiu 11,3 milhões de Euros, um crescimento de 2,9 milhões de Euros (+35,0%) face ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento é explicado pelo aumento de 3,4 milhões de Euros no segmento da Eletricidade (+48,8%), ligeiramente compensado pelo decréscimo de 0,4 milhões de Euros no setor do Gás Natural (-27,3%).

No setor elétrico, o investimento no primeiro trimestre ascendeu a 10,2 milhões de Euros, com destaque para os trabalhos na remodelação da subestação do Carregado (1,6 milhões de Euros), o novo eixo a 400kV entre as zonas do Porto e Minho (1,1 milhões de Euros) e a criação de um injetor em Fafe (1,0 milhões de Euros).

No setor do Gás Natural, o investimento situou-se em 1,1 milhões de Euros, dos quais 0,9 milhões de Euros na REN Gasodutos essencialmente em pequenos projetos que visam a adequação às exigências regulamentares europeias, designadamente o Sistema de Gestão de Integridade do Gasoduto (PIMS).

<sup>6</sup> Os custos financeiros de 0,1 milhões de Euros em março de 2016 e proveito de 0,1 milhões de Euros em março de 2015 decorrente dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal – denominado FTR (Financial Transaction Rights), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

As transferências para exploração registaram um aumento de 0,3 milhões de Euros (+41,3%), situando-se em 0,9 milhões de Euros, enquanto o RAB médio desceu 29,7 milhões de Euros (+0,8%) quando comparado com o 1º trimestre do ano anterior, situando-se em 3.542,1 milhões de Euros. O crescimento do RAB médio é justificado sobretudo pelo setor do Gás Natural, cujo RAB médio aumentou 30,3 milhões de Euros, influenciado pela aquisição em maio de 2015 dos ativos de armazenamento subterrâneo à Galp (+66,7 milhões de Euros no RAB médio).



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
CONSOLIDADAS**

**31 DE MARÇO DE 2016**

## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2016	Dez 2015
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	599	695
Goodwill		3.774	3.774
Ativos intangíveis	5	3.826.872	3.869.085
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	14.885	14.588
Ativos disponíveis para venda	9	153.766	154.862
Instrumentos financeiros derivados	11	15.653	10.157
Outros ativos financeiros	8	8	7
Clientes e outras contas a receber	10	91.932	133.676
Ativos por impostos diferidos	7	68.326	65.838
		<b>4.175.816</b>	<b>4.252.682</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários		2.926	2.985
Clientes e outras contas a receber	10	414.647	263.766
Imposto sobre o rendimento a receber	7	5.358	5.358
Outros ativos financeiros	8	1.363	1.510
Caixa e equivalentes de caixa	12	77.086	63.652
		<b>501.380</b>	<b>337.271</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>4</b>	<b>4.677.196</b>	<b>4.589.953</b>
<b>Capital Próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reservas	13	313.391	325.619
Resultados acumulados		312.368	196.253
Outras variações no capital próprio		30	30
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		6.084	116.115
<b>Total capital próprio</b>		<b>1.155.145</b>	<b>1.161.289</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos obtidos	14	1.874.907	1.891.245
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	128.072	129.217
Instrumentos financeiros derivados	11	12.945	8.426
Provisões para outros riscos e encargos	16	5.692	5.717
Fornecedores e outras contas a pagar	17	333.911	332.232
Passivos por impostos diferidos	7	85.886	88.249
		<b>2.441.413</b>	<b>2.455.086</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos obtidos	14	703.033	650.755
Provisões para outros riscos e encargos	16	1.138	1.171
Fornecedores e outras contas a pagar	17	355.861	315.735
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	16.159	-
Instrumentos financeiros derivados	11	4.448	5.918
		<b>1.080.638</b>	<b>973.579</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>4</b>	<b>3.522.051</b>	<b>3.428.664</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>4.677.196</b>	<b>4.589.953</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de março de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2016	Mar 2015
Vendas	4 e 18	95	62
Prestações de serviços	4 e 18	135.159	132.004
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 19	11.325	8.370
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	6	297	212
Outros rendimentos operacionais	20	5.065	25.315
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>		<b>151.940</b>	<b>165.964</b>
Custo das vendas		(114)	(105)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(7.860)	(4.693)
Fornecimentos e serviços externos	21	(6.697)	(7.125)
Gastos com pessoal	22	(12.445)	(12.531)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(53.561)	(51.926)
Outros gastos operacionais	23	(3.565)	(3.321)
<b>Total dos gastos operacionais</b>		<b>(84.242)</b>	<b>(79.701)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>67.698</b>	<b>86.263</b>
Gastos de financiamento	24	(26.555)	(27.969)
Rendimentos financeiros	24	2.987	3.621
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(23.568)</b>	<b>(24.348)</b>
<b>Resultado consolidado antes de impostos</b>		<b>44.131</b>	<b>61.915</b>
Imposto sobre o rendimento	7	(12.109)	(16.166)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	25	(25.938)	(25.445) (a)
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>6.084</b>	<b>20.305</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas do grupo REN		6.084	20.305
Interesses não controlados		-	-
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>6.084</b>	<b>20.305</b>
<b>Resultado por ação (Básico e Diluído) - Euros</b>	26	0,01	0,04

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>Mar 2016</u>	<u>Mar 2015</u>
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>6.084</b>	<b>20.305</b>
<b>Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:</b>			
<b><i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</i></b>			
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	11	(12.068)	(4.572)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	7 e 11	2.534	960
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	(1.096)	4.173
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	(1.598)	(876)
<b><i>Ajustamentos de reclassificação:</i></b>			
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	-	(20.083)
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	-	3.966
<b>Total do rendimento consolidado integral do período</b>		<b><u>(6.144)</u></b>	<b><u>3.872</u></b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas		(6.144)	3.872
Interesses não controlados		-	-
		<b><u>(6.144)</u></b>	<b><u>3.872</u></b>

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de três meses findo em 31 de março de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Atribuível aos acionistas									Total
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Outras reservas	Outras variações	Resultados acumulados	Resultado período	
A 1 de janeiro de 2015	534.000	(10.728)	97.295	60.313	(19.468)	177.482	-	183.896	112.777	1.135.567
Total do rendimento integral do período (a)	-	-	-	(12.821)	(3.612)	-	-	-	20.305	3.872
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	112.777	(112.777)	-
<b>A 31 de março de 2015</b>	<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>97.295</b>	<b>47.492</b>	<b>(23.080)</b>	<b>177.482</b>	<b>-</b>	<b>296.673</b>	<b>20.305</b>	<b>1.139.439</b>
A 1 de janeiro de 2016	534.000	(10.728)	102.608	54.489	(8.960)	177.482	30	196.253	116.115	1.161.288
Total do rendimento integral do período	-	-	-	(2.694)	(9.533)	-	-	-	6.084	(6.144)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	116.115	(116.115)	-
<b>A 31 de março de 2016</b>	<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>102.608</b>	<b>51.795</b>	<b>(18.493)</b>	<b>177.482</b>	<b>30</b>	<b>312.367</b>	<b>6.084</b>	<b>1.155.145</b>

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de três meses findo em 31 de março de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>Mar 2016</u>	<u>Mar 2015</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		415.581 (a)	632.332 (a)
Pagamentos a fornecedores		(317.002) (a)	(495.572) (a)
Pagamentos ao pessoal		(14.232)	(14.151)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(47)	(299)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(9.410)	(41.101)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)</b>		<b><u>74.890</u></b>	<b><u>81.208</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos disponíveis para venda	9	-	63.278
Juros e rendimentos similares		3	8
Dividendos		1.206	1.127
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(58)	(2)
Outros ativos intangíveis - ativos de concessão		(60.711)	(69.061)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)</b>		<b><u>(59.560)</u></b>	<b><u>(4.651)</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.150.000	842.000
Juros e rendimentos similares		-	21
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.118.335)	(846.955)
Juros e gastos similares		(34.032)	(33.559)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)</b>		<b><u>(2.367)</u></b>	<b><u>(38.492)</u></b>
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		12.963	38.065
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	63.539	112.599
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>12</b>	<b><u>76.502</u></b>	<b><u>150.665</u></b>
<b>Detalhe da caixa e equivalentes de caixa</b>			
Numerário	12	21	22
Descobertos bancários	12	(584)	(506)
Depósitos bancários	12	77.065	151.149
		<b><u>76.502</u></b>	<b><u>150.665</u></b>

(a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

#### 1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio

---

Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

---

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 31 de março de 2016 a REN possui ainda:

a) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém, entre outras, as participações no capital do OMIP - Pólo Português, SGMR, S.A. (“OMIP”) que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;

b) Duas participações de 10%: (i) no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único; e (ii) no capital social da Coreso, S.A. (“Coreso”), entidade que assiste os operadores das redes de transporte (“TSO”) Europeus em atividade de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;

c) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

d) Uma participação de 8% na empresa MedGrid SAS e uma participação de 7,5% na empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”).

## 1.1. Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	Mar 2016		Dez 2015	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
<b>Empresa mãe:</b>					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
<b>Subsidiárias:</b>					
<b>Segmento da Electricidade:</b>					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto - Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de electricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
<b>Segmento de Telecomunicações:</b>					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
<b>Outros segmentos:</b>					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 83, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	100%	100%
<b>Segmento do Gás Natural:</b>					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
<b>Detida pela REN Serviços, S.A.:</b>					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no sector do gás natural	100%	-	100%	-
<b>Detidas pela REN Gás, S.A.:</b>					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2016 face ao reportado em 31 de dezembro de 2015.

## **1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de maio de 2016. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

## **2 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2016, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

## **3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2016.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e

Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2015. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

### ***IFRIC 21 - Taxas***

A IFRIC 21 - Taxas é numa interpretação à IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos e pretende esclarecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento, sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Em consequência de uma interpretação contabilística da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”), relativa ao tratamento contabilístico da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (“CESE”), a REN passou a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados a totalidade do gasto e respetivo passivo, no dia 1 de janeiro, em vez do reconhecimento diferido desse gasto ao longo do exercício.

Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento, tendo como efeito um acréscimo da rubrica de “Contribuição extraordinária sobre o setor energético” (e como tal uma redução do Resultado líquido do período de três meses findo em 31 de março de 2015), por contrapartida da rubrica de “Diferimentos”, no montante de 19.085 milhares de Euros.

De referir que, a aplicação desta interpretação não afeta os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, mas apenas as demonstrações financeiras consolidadas intercalares.

## Adoção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016:

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2010-2012 incidiram na revisão, nomeadamente, da IAS 16 (esclarece o tratamento contabilístico a aplicar quando a entidade adote o método de revalorização na mensuração subsequente de Ativos fixos tangíveis), IFRS 3 (clarifica alguns aspetos no registo de uma retribuição contingente incluída numa concentração de atividade empresarial) e IFRS 8 (introduz novos requisitos de divulgação: (i) julgamento da gestão para agregação de segmentos operacionais, e (ii) reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos da entidade).

Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 19 "Benefícios dos Empregados" (alteração) - Esta alteração vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 1 "Apresentação de Demonstrações Financeiras" (alteração) - Esta alteração faz parte de um projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (*Disclosure initiative*), constituindo esta revisão o primeiro passo desse projeto. Consequentemente, esta alteração procede à alteração de um conjunto de divulgações previstas na IAS 1.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação

do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2012-2014 incidiram na revisão das seguintes normas: IFRS 5 (clarifica que a reclassificação de Ativo para distribuição aos proprietários para Ativo detido para venda, ou o contrário, não se qualifica como uma alteração ao plano inicial de vender); IFRS 7 (esta emenda insere informação adicional relativa ao conceito de Envolvimento continuado); IAS 19 (visa clarificar o modo de cálculo da taxa de desconto, indicando que o cálculo deve ser determinado por referência a obrigações de alta qualidade); e IAS 34 (esclarece a forma como devem ser apresentadas as divulgações no âmbito do relato financeiro intercalar).

Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 27 "Demonstrações financeiras separadas" (alteração) - Esta alteração visa restabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e associadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 16 "Ativos fixos tangíveis" e IAS 41 "Agricultura" (alteração) - Introduz alterações ao tratamento contabilístico dos ativos biológicos, de acordo com o qual as Plantas destinadas à produção devem ser contabilizadas do mesmo modo que os Ativos fixos tangíveis, de acordo com a IAS 16, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 16 "Ativos fixos tangíveis" e IAS 38 "Ativos intangíveis" (alteração) - As emendas vêm clarificar quais os métodos de depreciação e amortização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que são permitidos.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IFRS 11 "Acordos conjuntos" (alteração) - Esta alteração exige ao adquirente de uma participação numa operação conjunta, em que a atividade é um negócio (como definido na IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais): (i) aplicar todos os princípios

contabilísticos de concentrações de atividades empresariais previstos na IFRS 3 e outras IFRS, com exceção dos princípios que entram em conflito com a orientação da IFRS 11; e (ii) divulgar as informações requeridas pela IFRS 3 e outras IFRS para concentrações de atividades empresariais.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

## Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a aplicação das regras da contabilidade de cobertura.
IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias	01-jan-16	A IFRS 14 vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotam pela 1ª vez o normativo IFRS aplicáveis a itens regulatórios, permitindo a manutenção das políticas contabilísticas do normativo anterior quanto ao reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e imparidade.
IFRS 15- Rêdito de contratos com clientes	01-jan-18	A IFRS prevê a apresentação dos itens regulatórios reconhecidos separadamente dos restantes ativos e passivos, bem como dos gastos e rendimentos.
IFRS 16 - Locações	01-jan-19	Esta norma pretende substituir as atuais normas do rêdito (IAS 11 e IAS 18) e vem clarificar os princípios de reconhecimento do rêdito, tornando consistente a sua aplicação às diversas transações e atividades económicas.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-16	Esta norma pretende substituir as atuais normas de locações (IAS 17, IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27) e vem clarificar os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgações das locações.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de ativo por imposto diferido em perdas não realizadas	01-jan-17	Esta alteração deriva de um conflito entre a IAS 28 e a IFRS 10 no reconhecimento do ganho proveniente da alienação de uma empresa subsidiária (com perda de controlo) a uma adquirente que é, simultaneamente, uma empresa associada ou Joint Venture do investidor.
Alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	01-jan-17	Esta alteração estabelece que o ganho deverá, por um lado, ser reconhecido por inteiro no caso da alienação se enquadrar como uma concentração de atividades empresariais, no âmbito da IFRS 3, e por outro lado, reconhecer somente a sua quota parte do ganho quando se trate de uma aquisição de ativos ou conjunto de ativos.
Alterações à IFRS 15 - Rêdito de contrato com clientes	01-jan-18	O objetivo desta alteração é clarificar a contabilização de um Ativo por imposto diferido numa perda não realizada, no âmbito de um instrumento de dívida mensurado ao justo valor.
		O objetivo desta alteração, que se insere no projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro ( <i>disclosure initiative</i> ), é permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações decorrentes das atividades de financiamento.
		Para este efeito, esta alteração estabelece requisitos de divulgação adicionais quanto às atividades de financiamento.
		Estas emendas vêm clarificar como os princípios estabelecidos na IFRS 15 devem ser aplicados.

---

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de março de 2016.

#### 4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços aos mesmos utilizadores e os serviços são complementares, considerou-se que as mesmas estão sujeitas aos mesmos riscos e benefícios.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2016 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>90.712</b>	<b>42.945</b>	<b>1.374</b>	<b>8.135</b>	<b>(7.913)</b>	<b>135.253</b>
Inter-segmentos	183	101	15	7.614	(7.913)	-
Externas	90.529	42.844	1.358	522	-	135.253
<b>Rendimentos de construção em activos concessionados</b>	10.226	1.099	-	-	-	11.325
<b>Gastos de construção em activos concessionados</b>	(7.184)	(676)	-	-	-	(7.860)
<b>Interesses em associadas e empreendimentos conjuntos</b>	-	-	-	297	-	297
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	(8.145)	(5.079)	(385)	(2.499)	9.411	(6.697)
<b>Gastos com pessoal</b>	(5.270)	(1.963)	(59)	(5.152)	-	(12.445)
<b>Outros gastos e rendimentos operacionais</b>	2.682	344	(57)	(85)	(1.498)	1.386
<b>Cash flow operacional</b>	<b>83.020</b>	<b>36.671</b>	<b>872</b>	<b>696</b>	<b>-</b>	<b>121.259</b>
<b>Gastos não reembolsáveis</b>						
Depreciações e amortizações	(38.586)	(14.915)	(0)	(59)	-	(53.561)
<b>Resultados de financiamento</b>						
Rendimentos de financiamento	4	3.687	10	42.127	(42.842)	2.987
Gastos de financiamento	(18.263)	(8.711)	(1)	(42.421)	42.842	(26.555)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>26.175</b>	<b>16.731</b>	<b>882</b>	<b>343</b>	<b>-</b>	<b>44.131</b>
Imposto sobre o rendimento	(7.521)	(4.445)	(199)	56	-	(12.109)
Contribuição extraordinária sobre o sector energético	(18.302)	(7.635)	-	-	-	(25.938)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>352</b>	<b>4.651</b>	<b>683</b>	<b>398</b>	<b>-</b>	<b>6.084</b>

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2015 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b>88.397</b>	<b>42.156</b>	<b>1.272</b>	<b>9.880</b>	<b>(9.638)</b>	<b>132.066</b>
Inter-segmentos	150	111	15	9.362	(9.638)	-
Externas	88.247	42.044	1.257	518	-	132.066
<b>Rendimentos de construção em activos concessionados</b>	6.872	1.498	-	-	-	8.370
<b>Gastos de construção em activos concessionados</b>	(3.773)	(920)	-	-	-	(4.693)
<b>Interesses em associadas e empreendimentos conjuntos</b>	-	-	-	212	-	212
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	(8.739)	(5.729)	(420)	(5.040)	12.803	(7.125)
<b>Gastos com pessoal</b>	(5.451)	(1.866)	(65)	(5.149)	-	(12.531)
<b>Outros gastos e rendimentos operacionais</b>	4.007	394	(2)	20.654	(3.164)	21.889
<b>Cash flow operacional</b>	<b>81.314</b>	<b>35.533</b>	<b>785</b>	<b>20.558</b>	<b>-</b>	<b>138.190</b>
<b>Gastos não reembolsáveis</b>						
Depreciações e amortizações	(37.661)	(14.208)	(3)	(55)	-	(51.926)
<b>Resultados de financiamento</b>						
Rendimentos de financiamento	33	3.478	22	44.619	(44.530)	3.621
Gastos de financiamento	(18.378)	(8.606)	-	(45.515)	44.530	(27.969)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>25.309</b>	<b>16.196</b>	<b>804</b>	<b>19.607</b>	<b>-</b>	<b>61.915</b>
Imposto sobre o rendimento	(7.318)	(4.572)	(207)	(4.069)	-	(16.166)
Contribuição extraordinária sobre o sector energético	(18.203)	(7.242)	-	-	-	(25.445)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(212)</b>	<b>4.382</b>	<b>597</b>	<b>15.538</b>	<b>-</b>	<b>20.305</b>

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração, consultoria e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de três meses findo em 31 de março de 2016, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
<b>Ativos do segmento</b>						
Participações financeiras	-	507.738	-	1.297.985	(1.805.724)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.619.452	1.207.469	0	550	-	3.827.471
Outros ativos	588.304	512.905	7.558	4.301.337	(4.560.378)	849.725
<b>Total do ativo</b>	<b>3.207.756</b>	<b>2.228.112</b>	<b>7.558</b>	<b>5.599.872</b>	<b>(6.366.102)</b>	<b>4.677.196</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.669.578</b>	<b>1.069.511</b>	<b>5.392</b>	<b>4.337.948</b>	<b>(4.560.378)</b>	<b>3.522.051</b>
<b>Total do investimento</b>	<b>10.237</b>	<b>1.088</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.325</b>
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	10.237	1.088	-	-	-	11.325
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.616</b>	<b>-</b>	<b>12.616</b>
<b>Investimentos em empreendimentos conjuntos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.269</b>	<b>-</b>	<b>2.269</b>

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
<b>Ativos do segmento</b>						
Participações financeiras	-	536.982	-	1.495.291	(2.032.272)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.647.770	1.221.372	0	637	-	3.869.780
Outros ativos	454.256	508.041	6.891	4.162.452	(4.411.466)	720.173
<b>Total do ativo</b>	<b>3.102.026</b>	<b>2.266.396</b>	<b>6.891</b>	<b>5.658.379</b>	<b>(6.219.557)</b>	<b>4.589.953</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.513.407</b>	<b>1.050.103</b>	<b>2.991</b>	<b>4.273.631</b>	<b>(4.411.466)</b>	<b>3.428.664</b>
<b>Total do investimento</b>	<b>148.182</b>	<b>91.887</b>	<b>-</b>	<b>295</b>	<b>-</b>	<b>240.364</b>
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	67	-	-	295	-	362
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	148.114	91.887	-	-	-	240.002
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.395</b>	<b>-</b>	<b>12.395</b>
<b>Investimentos em empreendimentos conjuntos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.193</b>	<b>-</b>	<b>2.193</b>

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamento externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2016, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2016			Movimentos					31 de março de 2016		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
<b>Ativos fixos tangíveis:</b>											
Equipamento básico	103	(103)	-	-	-	-	-	-	103	(103)	-
Edifícios e outras construções	27	(4)	23	-	-	-	(1)	-	27	(4)	23
Equipamento de transporte	1.038	(469)	569	-	(28)	-	(53)	-	1.010	(522)	488
Equipamento administrativo	302	(201)	102	-	(3)	-	(14)	3	300	(211)	88
	<b>1.470</b>	<b>(776)</b>	<b>695</b>	<b>-</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>(68)</b>	<b>3</b>	<b>1.439</b>	<b>(841)</b>	<b>599</b>
	1 de janeiro de 2016			Movimentos					31 de março de 2016		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
<b>Ativos intangíveis</b>											
Ativos de concessão	7.212.146	(3.404.818)	3.807.329	172	(288)	705	(53.493)	243	7.212.735	(3.458.068)	3.754.667
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	61.756	-	61.756	11.154	-	(705)	-	-	72.205	-	72.205
	<b>7.273.902</b>	<b>(3.404.818)</b>	<b>3.869.085</b>	<b>11.325</b>	<b>(288)</b>	<b>(0)</b>	<b>(53.493)</b>	<b>243</b>	<b>7.284.940</b>	<b>(3.458.068)</b>	<b>3.826.872</b>
<b>Total do ativo fixo tangível e intangível</b>	<b>7.275.373</b>	<b>(3.405.593)</b>	<b>3.869.779</b>	<b>11.325</b>	<b>(319)</b>	<b>(0)</b>	<b>(53.561)</b>	<b>245</b>	<b>7.286.379</b>	<b>(3.458.909)</b>	<b>3.827.471</b>



As adições registadas no período de três meses findo em 31 de março de 2016 referem-se essencialmente aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade e gás natural.

As principais adições verificadas em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalham-se como se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
<b>Segmento eletricidade</b>		
Construção de linhas de 220KV	104	18.661
Construção de linha de 400 KV	1.337	49.865
Construção de outras linhas	1.389	6.555
Construção de novas subestações	508	18.735
Ampliação de Subestações	5.577	38.499
Outras remodelações em subestações	177	3.764
Melhorias no sistema de informação e telecomunicações	791	6.427
Construção zona piloto - energia das ondas	47	317
Remodelação de edifícios afectos à concessão	105	3.334
Outros ativos	201	2.023
<b>Segmento gás</b>		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	876	7.374
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	153	10.763
Ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	71.451
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	59	2.299
<b>Segmentos outros</b>		
Outros ativos	-	295
<b>Total das adições</b>	<b>11.325</b>	<b>240.364</b>

As principais transferências nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalham-se como se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
<b>Segmento eletricidade</b>		
Construção de linhas de 220KV	-	16.869
Construção de linha de 400 KV	-	41.184
Construção de outras linhas	-	403
Subestações Novas	-	25.552
Ampliação de Subestações	-	35.736
Outras remodelações em subestações	357	5.877
Sistema de informação e telecomunicações	314	6.605
Edifícios afetos à concessão	-	3.689
Outros ativos concessionados	34	1.292
<b>Segmento gás</b>		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	-	6.262
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	10.467
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	-	2.530
<b>Total das transferências</b>	<b>705</b>	<b>156.464</b>

Os ativos intangíveis em curso em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são conforme se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
<b>Segmento eletricidade</b>		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	33.650	30.819
Ampliação e remodelação de subestações	19.128	13.731
Projetos de novas estações	5.050	4.541
Outros projetos	1.817	1.999
Remodelação de edifícios afectos à concessão	2.104	1.215
<b>Segmento gás</b>		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	7.375	6.580
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	3.021	2.868
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	61	2
<b>Total do activo em curso</b>	<b>72.205</b>	<b>61.756</b>

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 31 de março de 2016, ascenderam a 563 milhares de Euros (522 milhares de Euros em 31 de março de 2015), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 2.902 milhares de Euros (3.156 milhares de Euros em 31 de março de 2015) (Nota 19).

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
Valor bruto	5.144	5.153
Amortizações e depreciações acumuladas	(1.963)	(1.749)
Valor líquido	<b>3.181</b>	<b>3.404</b>

## 6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a informação financeira relativa às participações financeiras detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira										Fração de capital detida		
			Capital social	Ativos corrente	Ativos não corrente	Passivo corrente	31 de março de 2016			Resultado líquido	Outro rendimento integral	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
							Passivo não corrente	Rendimentos	Rendimentos						
<b>Método da equivalência patrimonial:</b>															
<b>Associada:</b>															
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	703	30.076	531	1.304	451	334	-	334	40	12.616	221	
<b>Empreendimento conjunto</b>															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	8.120	1.333	4.910	6	640	151	-	151	50	2.269	75	
												<b>14.885</b>	<b>297</b>		
<b>Método da equivalência patrimonial:</b>															
<b>Associada:</b>															
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	834	29.464	245	1.661	1.186	610	-	610	40 (a)	12.395	322	
<b>Empreendimento conjunto</b>															
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	9.692	1.237	6.542	7	2.988	892	-	892	50	2.193	446	
												<b>14.588</b>	<b>768</b>		

(a) A Empresa concedeu uma opção de venda de 5% desta participação.

### Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 31 de março de 2016 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
<b>A 1 de janeiro de 2015</b>	<b>10.829</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	322
Outros	1.244
<b>A 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.395</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	221
<b>A 31 de março de 2016</b>	<b>12.616</b>

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às demonstrações financeiras de exercícios anteriores, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial.

## Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 31 de março de 2016 foi o seguinte:

<b>Participações financeiras em empreendimentos conjuntos</b>	
<b>A 1 de janeiro de 2015</b>	<b>1.747</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	446
<b>A 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.193</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	75
<b>A 31 de março de 2016</b>	<b>2.269</b>

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	Informação financeira						
	31 de março de 2016						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
<b>Empreendimento conjunto</b>							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	4.857	6	6	(100)	-	-	(7)

	Informação financeira						
	31 de dezembro de 2015						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
<b>Empreendimento conjunto</b>							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	6.479	6	7	(93)	7	(2)	(108)

---

## 7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2016.

No exercício de 2016 e em conformidade com a Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 7,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 29,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 31 de março de 2016 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015 são detalhados como se segue:

	Mar 2016	Mar 2015
Imposto corrente	16.200	17.530
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(176)	59
Imposto diferido	(3.914)	(1.424)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>12.109</b>	<b>16.166</b>

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Mar 2016	Mar 2015
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>44.131</b>	<b>61.915</b>
Diferenças permanentes:		
Gastos não dedutíveis	58	45
Rendimentos não tributáveis	(1.189)	(3.406)
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	13.705	1.315
Provisões e imparidades	(58)	-
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	1.876	1.296
Obrigações de benefícios de reforma e outros	(1.145)	(1.044)
Instrumentos financeiros derivados	76	-
Outros	(14)	626
<b>Lucro tributável</b>	<b>57.439</b>	<b>60.747</b>
Impostos sobre o rendimento	12.062	12.795
Derrama estadual sobre o lucro tributável	3.047	3.761
Derrama municipal	858	846
Tributações autônomas	233	128
<b>Imposto corrente</b>	<b>16.200</b>	<b>17.530</b>
Imposto diferido	(3.914)	(1.424)
<b>Imposto diferido</b>	<b>(3.914)</b>	<b>(1.424)</b>
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(176)	59
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>12.109</b>	<b>16.166</b>
<b>Taxa efetiva de imposto</b>	<b>27,4%</b>	<b>26,1%</b>

## Imposto sobre o rendimento

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	Mar 2016	Dez 2015
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	-	(42.978)
Pagamentos por conta	-	43.175
Retenções na fonte por terceiros	-	5.162
Imposto a recuperar do exercício anterior	5.358	-
<b>Imposto a receber</b>	<b>5.358</b>	<b>5.358</b>
Imposto estimado	16.200	-
Pagamentos por conta	(30)	-
Retenções na fonte por terceiros	(11)	-
<b>Imposto a pagar</b>	<b>16.159</b>	<b>-</b>

## Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(46)	828
Passivos por impostos diferidos	3.960	1.321
	<u>3.914</u>	<u>2.150</u>
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	2.534	(972)
Passivos por impostos diferidos	(1.598)	2.700
	<u>937</u>	<u>1.728</u>
<b>Impacto líquido dos impostos diferidos</b>	<b>4.851</b>	<b>3.877</b>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

### Evolução dos ativos por impostos diferidos - março 2016

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
<b>A 1 de janeiro de 2016</b>	<b>1.873</b>	<b>37.462</b>	<b>13.761</b>	<b>2.382</b>	<b>10.182</b>	<b>178</b>	<b>65.838</b>
Aumento/reversão por capital	-	-	-	2.534	-	-	2.534
Reversão por resultados	(14)	(332)	-	-	(149)	(4)	(499)
Aumento por resultados	-	-	446	6	-	-	452
<b>Movimento do período</b>	<b>(14)</b>	<b>(332)</b>	<b>446</b>	<b>2.541</b>	<b>(149)</b>	<b>(4)</b>	<b>2.488</b>
<b>A 31 de março de 2016</b>	<b>1.859</b>	<b>37.131</b>	<b>14.207</b>	<b>4.922</b>	<b>10.033</b>	<b>174</b>	<b>68.326</b>

### Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2015

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
<b>A 1 de janeiro de 2015</b>	<b>1.818</b>	<b>36.715</b>	<b>22.275</b>	<b>5.175</b>	-	-	<b>65.982</b>
Aumento/reversão por capital	-	1.821	-	(2.793)	-	-	(972)
Reversão por resultados	(117)	(1.683)	(8.749)	-	-	-	(10.550)
Aumento por resultados	173	610	235	-	10.182	178	11.378
<b>Movimento do período</b>	<b>56</b>	<b>747</b>	<b>(8.514)</b>	<b>(2.793)</b>	<b>10.182</b>	<b>178</b>	<b>(144)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.873</b>	<b>37.462</b>	<b>13.761</b>	<b>2.382</b>	<b>10.182</b>	<b>178</b>	<b>65.838</b>

Em 31 de março de 2016 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

### Evolução dos passivos por impostos diferidos - março 2016

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de Ativos disponíveis para venda	Total
<b>A 1 de janeiro de 2016</b>	<b>52.930</b>	<b>26.645</b>	<b>9</b>	<b>8.665</b>	<b>88.249</b>
Aumento/reversão por capital	-	-	-	1.598	1.598
Reversão por resultados	(3.263)	(688)	(9)	-	(3.960)
<b>Movimentos do período</b>	<b>(3.263)</b>	<b>(688)</b>	<b>(9)</b>	<b>1.598</b>	<b>(2.363)</b>
<b>A 31 de março de 2016</b>	<b>49.667</b>	<b>25.957</b>	<b>-</b>	<b>10.262</b>	<b>85.886</b>

## Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2015

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
<b>A 1 de janeiro de 2015</b>	<b>54.246</b>	<b>26.659</b>	-	<b>11.365</b>	<b>92.270</b>
Aumento/reversão por capital	-	-	-	(2.700)	(2.700)
Aumento por resultados	(1.316)	(14)	-	-	(1.330)
Reversão por resultados	-	-	9	-	9
<b>Movimentos do período</b>	<b>(1.316)</b>	<b>(14)</b>	<b>9</b>	<b>(2.700)</b>	<b>(4.021)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2015</b>	<b>52.930</b>	<b>26.645</b>	<b>9</b>	<b>8.665</b>	<b>88.249</b>

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

<b>Diplomas legais (Reavaliações)</b>	
<b>Segmento eletricidade</b>	<b>Segmento gás natural</b>
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

## 8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

### Março de 2016

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
<b>Ativos</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	77.086	77.086	77.086
Clientes e outras contas a receber	10	506.579	-	-	-	-	-	506.579	506.579
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.363	8	1.371	1.371
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	153.766	-	-	153.766	153.766
Imposto sobre o rendimento a receber	7	5.358	-	-	-	-	-	5.358	5.358
Instrumentos financeiros derivados	11	-	15.653	-	-	-	-	15.653	15.653
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>511.938</b>	<b>15.653</b>	<b>-</b>	<b>153.766</b>	<b>1.363</b>	<b>77.094</b>	<b>759.813</b>	<b>759.813</b>
<b>Passivos</b>									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.577.940	2.577.940	2.623.161
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	384.038	384.038	384.038
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	16.159	16.159	16.159
Instrumentos financeiros derivados	11	-	-	17.393	-	-	-	17.393	17.393
<b>Total passivos financeiros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.393</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.978.137</b>	<b>2.995.529</b>	<b>3.040.750</b>

### Dezembro de 2015

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
<b>Ativos</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	63.652	63.652	63.652
Clientes e outras contas a receber	10	397.442	-	-	-	-	-	397.442	397.442
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.510	7	1.517	1.517
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	154.862	-	-	154.862	154.862
Imposto sobre o rendimento a receber	7	5.358	-	-	-	-	-	5.358	5.358
Instrumentos financeiros derivados	11	-	9.284	872	-	-	-	10.157	10.157
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>402.800</b>	<b>9.284</b>	<b>872</b>	<b>154.862</b>	<b>1.510</b>	<b>63.659</b>	<b>632.988</b>	<b>632.988</b>
<b>Passivos</b>									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.542.000	2.542.000	2.610.072
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	337.701	337.701	337.701
Instrumentos financeiros derivados	11	-	14.344	-	-	-	-	14.344	14.344
<b>Total passivos financeiros</b>		<b>-</b>	<b>14.344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.879.700</b>	<b>2.894.044</b>	<b>2.962.117</b>

A rubrica de “Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados”, no montante de 1.363 milhares de Euros, corresponde ao investimento financeiro do Grupo no fundo fechado “Luso Carbon Fund”, com um prazo de maturidade de dez anos com início em 2006.

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado algum derivado de cobertura de justo valor (Nota 11), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,303% e 0,894% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 31 de março de 2016, de 2.623.161 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 2.610.072 milhares de Euros), dos quais 410.509 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos nas taxas de juro (em 31 de dezembro de 2015 era de 396.964 milhares de Euros).

### Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de março de 2016, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos:</b>					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	103.287	47.104	-	150.391
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	3.588	-	3.588
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	12.065	-	12.065
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	1.363	-	-	1.363
		<b>104.650</b>	<b>62.757</b>	-	<b>167.407</b>
<b>Passivos:</b>					
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	410.509	-	410.509
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	16.490	-	16.490
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	903	-	903
		-	<b>427.901</b>	-	<b>427.901</b>

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

### Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 31 de março de 2016, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	Mar 2016	Dez 2015
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	103.287	104.384
Med Grid, SAS	Paris	França	8,00%	600	600
Hidroeléctrica de Cahora Bassa ("HCB")	Maputo	Moçambique	7,50%	47.104	47.104
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	10,00%	208	208
<b>Imparidade</b>					
Med Grid SAS				(600)	(600)
				<b>153.766</b>	<b>154.862</b>

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	Coreso	Total
<b>1 de janeiro de 2015</b>	<b>3.167</b>	<b>600</b>	<b>41.572</b>	<b>99.104</b>	<b>62.530</b>	-	<b>206.973</b>
Aquisições	-	-	-	-	-	208	208
Ajustamento de justo valor	-	-	5.532	5.279	748	-	11.559
Alienações	-	-	-	-	(63.278)	-	(63.278)
Perda por imparidade	-	(600)	-	-	-	-	(600)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.167</b>	<b>-</b>	<b>47.104</b>	<b>104.384</b>	<b>-</b>	<b>208</b>	<b>154.862</b>
<b>1 de janeiro de 2016</b>	<b>3.167</b>	<b>-</b>	<b>47.104</b>	<b>104.384</b>	<b>-</b>	<b>208</b>	<b>154.862</b>
Ajustamento de justo valor	-	-	-	(1.096)	-	-	(1.096)
<b>31 de março de 2016</b>	<b>3.167</b>	<b>-</b>	<b>47.104</b>	<b>103.287</b>	<b>-</b>	<b>208</b>	<b>153.766</b>

---

A Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”) é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 31 de março de 2016.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2015 a REN alienou a totalidade das ações detidas na Enagás, representativas de 1% do respetivo capital ao seu valor de mercado, pelo montante total de 63.278 milhares de Euros, tendo gerado uma mais-valia de 20.083 milhares de Euros (Nota 20).

A REN é detentora de 8% do capital social da Medgrid, SAS. Este projeto é um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa de eletricidade renovável produzida em África.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a

Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (MedGrid, OMEL e Coreso) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a REN reconheceu uma perda por imparidade, no montante de 600 milhares de Euros, referente à participação financeira na Medgrid, S.A.S., derivado desta sociedade se encontrar em processo de dissolução.

Relativamente ao investimento detido na OMEL e na Coreso, não existem na data de relato quaisquer indícios de imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresenta os seguintes montantes:

	<b>Reserva de justo valor (Nota 13)</b>
<b>1 de janeiro de 2015</b>	<b>60.313</b>
Variação de justo valor	11.559
Alienações	(20.083)
Efeito fiscal	2.700
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>54.489</b>
<b>1 de janeiro de 2016</b>	<b>54.489</b>
Variação de justo valor	(1.096)
Efeito fiscal	(1.598)
<b>31 de março de 2016</b>	<b>51.795</b>

## 10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Mar 2016			Dez 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes e outras contas a receber	299.779	155	299.934	184.253	155	184.409
Imparidade de clientes e contas a receber	(927)	-	(927)	(927)	-	(927)
Cientes - Valor líquido	<u>298.851</u>	<u>155</u>	<u>299.007</u>	<u>183.326</u>	<u>155</u>	<u>183.482</u>
Desvios tarifários	101.877	91.777	193.654	72.302	133.521	205.823
Estado e Outros Entes Públicos	13.918	-	13.918	8.137	-	8.137
<b>Cientes e outras contas a receber</b>	<b><u>414.647</u></b>	<b><u>91.932</u></b>	<b><u>506.579</u></b>	<b><u>263.766</u></b>	<b><u>133.676</u></b>	<b><u>397.442</u></b>

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 75.157 milhares de Euros (57.787 milhares em 31 de dezembro de 2015); (ii) da Galp, o qual ascende a 9.193 milhares de Euros (11.248 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015); e (iii) o montante a receber de 62.500 milhares de Euros, tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional.

No saldo das contas a receber de clientes, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 18.646 milhares de Euros (20.325 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 90.318 milhares de Euros (5.922 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015), relativos aos CMEC. Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>(927)</b>	<b>(844)</b>
Aumentos	-	(83)
<b>Saldo final</b>	<b><u>(927)</u></b>	<b><u>(927)</u></b>

## 11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	31 de março de 2016			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>					
Swap de taxa de juro	569.231 mEUR	-	-	4.448	12.042
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	3.588	-	-
		-	3.588	4.448	12.042
<b>Derivados designados como cobertura de justo valor</b>					
Swaps de taxa de juro	400.000 mEUR	-	12.065	-	-
		-	12.065	-	-
Derivados de negociação	60.000 mEUR	-	-	-	903
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>		<b>-</b>	<b>15.653</b>	<b>4.448</b>	<b>12.945</b>
	Nocional	31 de dezembro de 2015			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>					
Swap de taxa de juro	569.231 mEUR	-	2.728	5.918	2.409
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	1.068	-	-
		-	3.796	5.918	2.409
<b>Derivados designados como cobertura de justo valor</b>					
Swap de taxa de juro	400.000 mEUR	-	5.489	-	6.017
		-	5.489	-	6.017
Derivados de negociação	60.000 mEUR	-	872	-	-
		-	872	-	-
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>		<b>-</b>	<b>10.157</b>	<b>5.918</b>	<b>8.426</b>

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pelo Grupo com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 31 de março de 2016, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 19 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 1.497 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 eram as seguintes:

	Nocional de referência	Moeda	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em Mar 2016	Justo valor em Dez 2015
<b>Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>							
Swap de taxa de juro	569 231 mEuros	EUR	[1,89%;2,77%]	[-0,23%;0,00%] - Taxas variáveis	[dez-2016; set-2017]	(16.490)	(5.599)
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 mJPY / 72 899 mEuros	EUR/JPY	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	3.588	1.068
						<b>(12.901)</b>	<b>(4.531)</b>
<b>Derivados designados como cobertura de justo valor</b>							
Swap de taxa de juro	400 000 mEuros	EUR	[-0,11%;0,36%] - taxas variáveis	[0,61%;1,72%]	[out-2020; fev-2025]	12.065	(529)
						<b>12.065</b>	<b>(529)</b>
<b>Derivados designados como negociação</b>							
Swap de taxa de juro	60 000 mEuros	EUR	taxas variáveis a fixar	[0,00%;0,99%]	2024	(903)	872
						<b>(903)</b>	<b>872</b>
					<b>Total</b>	<b>(1.740)</b>	<b>(4.187)</b>

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é apresentado no quadro seguinte:

### Março de 2016

	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de fluxos de caixa	205.769	63.462	-	-	-	300.000	569.231
Swaps de taxa de juro e câmbio designados como cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor	-	-	-	-	100.000	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	60.000	60.000
<b>Total</b>	<b>205.769</b>	<b>63.462</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100.000</b>	<b>732.899</b>	<b>1.102.130</b>

### Dezembro de 2015

	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de fluxos de caixa	205.769	63.462	-	-	-	300.000	569.231
Swaps de taxa de juro e câmbio designados como cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	60.000	60.000
<b>Total</b>	<b>205.769</b>	<b>63.462</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>832.899</b>	<b>1.102.130</b>

---

**Swaps:****Cobertura de fluxos de caixa**

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

O nocional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é, à data de 31 de março de 2016, de 569.231 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 569.231 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 31 de março de 2016, é de 16.490 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2015 era de 5.599 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 31 de março de 2016 é de 3.588 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2015 era de 1.068 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 31 de março de 2016, foi desfavorável no montante de 1.891 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 31 de março de 2015 foi desfavorável em 8.693 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira foi de 6.119 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 3.792 milhares de Euros).

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 23.409 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 11.342 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura
<b>1 de janeiro de 2015</b>	<b>(24.644)</b>	<b>5.175</b>	<b>(19.468)</b>
Variação de justo valor e ineficácia	13.302	(2.793)	<b>10.509</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>(11.342)</b>	<b>2.382</b>	<b>(8.960)</b>
<b>1 de janeiro de 2016</b>	<b>(11.342)</b>	<b>2.382</b>	<b>(8.960)</b>
Variação de justo valor e ineficácia	(12.068)	2.534	(9.533)
<b>31 de março de 2016</b>	<b>(23.409)</b>	<b>4.916</b>	<b>(18.493)</b>

### Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 31 de março de 2016, de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 400.000 milhares de Euros). O risco correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. Em 31 de março de 2016, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro é de 12.065 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2015 era de 529 milhares de Euros negativos)

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício. No período de três meses findo em 31 de março de 2016, a alteração de justo valor da emissão de dívida relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 13.545 milhares de Euros negativos (em 31 de março de 2015 era de 1.821 milhares de Euros negativos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 5 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2015 era de 2.481 milhares de Euros positivos).

### **Derivados de negociação**

O Grupo detém um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IAS 39, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é, à data de 31 de Março de 2016, de 60.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 31 de março de 2016, é de 903 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2015 era de 872 milhares de Euros positivos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2016, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um gasto de 1.775 milhares de Euros (no período de três meses findo em 31 de março de 2015 foi registado um gasto de 596 milhares de Euros).

## 12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
Caixa	21	-
Depósitos bancários	77.065	63.652
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira</b>	<b>77.086</b>	<b>63.652</b>
Descobertos bancários (Nota 14)	(584)	(113)
<b>Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa</b>	<b>76.502</b>	<b>63.539</b>

## 13 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

### Capital social

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

### Ações próprias

Em 31 de março de 2016, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de três meses findo em 31 de março de 2016.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

---

## Reservas e resultados acumulados

A rubrica de “Reservas”, no montante de 313.391 milhares de Euros, inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de março de 2016 esta rubrica ascende a 102.608 milhares de Euros;
- Reservas de justo valor: inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (51.795 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;
- Reserva de cobertura: inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (18.493 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, e (ii) variações de capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2016, esta rubrica ascende a 177.482 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

## 14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é como se segue:

	Mar 2016			Dez 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	330.000	1.190.507	1.520.507	330.000	1.205.719	1.535.719
Empréstimos bancários	57.860	560.627	618.487	57.860	560.627	618.487
Papel comercial	300.000	127.000	427.000	236.000	129.000	365.000
Descobertos bancários (Nota 12)	584	-	584	113	-	113
Locações financeiras	1.155	1.662	2.817	1.183	1.883	3.066
	<b>689.599</b>	<b>1.879.796</b>	<b>2.569.395</b>	<b>625.156</b>	<b>1.897.229</b>	<b>2.522.385</b>
Juros a pagar - empréstimos	16.533	-	16.533	29.860	-	29.860
Juros pagos (antecipação)	(3.099)	(4.889)	(7.988)	(4.262)	(5.984)	(10.246)
<b>Empréstimos</b>	<b>703.033</b>	<b>1.874.907</b>	<b>2.577.940</b>	<b>650.755</b>	<b>1.891.245</b>	<b>2.542.000</b>

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	49.113	429.457	166.539	514.901	72.763	647.006	1.879.779
Dívida - Corrente	659.616	30.000	-	-	-	-	-	689.616
<b>Total</b>	<b>659.616</b>	<b>79.113</b>	<b>429.457</b>	<b>166.539</b>	<b>514.901</b>	<b>72.763</b>	<b>647.006</b>	<b>2.569.395</b>

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 31 de março de 2016 é o seguinte:

31 de março de 2016						
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante inicial	Capital em dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros	
<b>Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'</b>						
26-06-2009	26-06-2024	mJPY 10.000.000 (i)	mJPY 10.000.000	Taxa fixa (ii)	Semestral	
21-09-2012	21-09-2016	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 6,25%	Semestral	
16-01-2013	16-01-2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 120.000	Taxa variável	Trimestral	
31-01-2013	31-01-2018	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 4,125%	Anual	
17-10-2013	16-10-2020	mEUR 400.000 (ii)	mEUR 400.000	Taxa fixa EUR 4,75%	Anual	
12-02-2015	12-02-2025	mEUR 300.000 (ii)	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 2,50%	Anual	

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados *swaps* de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 900.000 milhares de Euros, estando disponíveis 473.000 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 600.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria (553.420 milhares de Euros) por empréstimos do BEI - Banco Europeu de Investimento.

---

O Grupo tem ainda 80.000 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas nos períodos contratualmente estipulados para o efeito).

Decorrente da cobertura de justo valor existente, sobre emissões de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 11), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões, relativa ao risco de taxa de juro, diretamente em resultados, no montante de 13.545 milhares de Euros negativos (em 31 de março de 2015 era de 1.821 milhares de Euros negativos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 63% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* e rácios de *gearing* em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação de notações *rating* abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

## Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor actual do passivo das locações financeiras em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são detalhados como se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.205	1.245
Entre 1 e 5 anos	1.692	1.927
	<b>2.897</b>	<b>3.172</b>
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(80)	(106)
<b>Valor actual do passivo das locações financeiras</b>	<b>2.817</b>	<b>3.066</b>

	Mar 2016	Dez 2015
<b>Valor actual das Locações financeiras</b>		
Até 1 ano	1.155	1.183
Entre 1 e 5 anos	1.662	1.883
	<b>2.817</b>	<b>3.066</b>

## 15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Mar 2016	Dez 2015
<b>Obrigações na demonstração da posição financeira</b>		
Plano de pensões	85.689	86.890
Cuidados médicos e outros benefícios	42.383	42.327
	<b>128.072</b>	<b>129.217</b>

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Mar 2016	Mar 2015
<b>Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)</b>		
Plano de pensões	1.205	1.163
Cuidados médicos e outros benefícios	371	347
Plano de seguro de vida	-	4
<b>Total de Gastos na demonstração dos resultados</b>	<b>1.576</b>	<b>1.514</b>

Os valores reportados a 31 de março de 2016 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2015, para o período de três meses findo em 31 de março de 2016, considerando a estimativa de salários para o ano de 2016.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Mar 2016	Dez 2015
Taxa anual de desconto	2,00%	2,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,80%	2,80%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0%	0%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	3,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€238	€238
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

## 16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	Mar 2016	Dez 2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.888</b>	<b>7.316</b>
Aumentos	-	1.444
Reversão	-	(1.746)
Utilizações	(58)	(126)
<b>Saldo final</b>	<b>6.830</b>	<b>6.888</b>
Provisão corrente	1.138	1.171
Provisão não corrente	5.692	5.717
	<b>6.830</b>	<b>6.888</b>

Em 31 de março de 2016 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e a uma provisão para reestruturação no montante de 642 milhares de Euros no âmbito do processo de reestruturação do Grupo em curso.

## 17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	Mar 2016			Dez 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores</b>						
Fornecedores conta corrente	186.998	-	186.998	122.467	-	122.467
<b>Outros credores</b>						
Credores diversos	68.774	30.090	98.864	45.106	30.293	75.400
Desvios tarifários	13.318	16.221	29.539	18.327	9.676	28.002
Fornecedores de investimento	43.328	-	43.328	96.471	-	96.471
<b>Estado e outros entes públicos (Nota 12) (i)</b>	19.652	-	19.652	10.683	-	10.683
<b>Proveitos diferidos</b>						
Subsídios ao investimento	18.134	287.599	305.733	18.004	292.263	310.267
<b>Acréscimos de custos</b>						
Férias e subsídios e outros encargos férias	5.657	-	5.657	4.677	-	4.677
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>	<b>355.861</b>	<b>333.911</b>	<b>689.771</b>	<b>315.735</b>	<b>332.232</b>	<b>647.967</b>

(i) O saldo do Estado e outros entes públicos refere-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 30.585 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (38.363 milhares de Euros

em 31 de dezembro de 2015); o montante de 27.080 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (31.277 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015); (iii) o montante de 18.646 milhares de Euros (20.325 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015) da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade); e (iv) o montante a faturar pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., de 90.318 milhares de Euros (5.522 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015), relativos aos CMEC, cujo movimento também foi refletido na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 10). Esta última transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Em 31 de março de 2016, a rubrica “Credores diversos” inclui a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.938 milhares de Euros (Nota 25) (em 31 de março de 2015 era de 25.440 milhares de Euros).

## 18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados é detalhado como se segue:

	Mar 2016	Mar 2015
Vendas de Materiais		
Mercado interno	95	62
	<u>95</u>	<u>62</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema	89.365	86.892
Transporte de gás natural	27.308	30.217
Regaseificação	9.415	7.859
Armazenamento de gás natural	6.120	3.919
Rede de telecomunicações	1.264	1.243
Margem do Agente Comercial - REN Trading	1.063	1.263
Outros	623	611
	<u>135.159</u>	<u>132.004</u>
<b>Total das Vendas e Prestações de serviços</b>	<b><u>135.253</u></b>	<b><u>132.066</u></b>

## 19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015 é o seguinte:

	Mar 2016	Mar 2015
<b><u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u></b>		
- Aquisições	7.860	4.693
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	563	522
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	2.902	3.156
	<u>11.325</u>	<u>8.370</u>
<b><u>Gastos de construção - ativos de concessão</u></b>		
- Aquisições	7.860	4.693
	<u>7.860</u>	<u>4.693</u>

## 20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	Mar 2016	Mar 2015
Reconhecimento de subsídios ao investimento	4.533	4.474
Proveitos suplementares	393	312
Mais-valia na alienação da participação na Enagás (Nota 9)	-	20.083
Outros	139	445
	<u>5.065</u>	<u>25.315</u>

## 21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015 apresentava o seguinte detalhe:

	Mar 2016	Mar 2015
Subcontratos de transporte de gás	1.067	890
Custos de manutenção	905	817
Comissões a entidades externas i)	1.156	1.949
Custos com energia eléctrica	1.130	1.034
Custos com seguros	799	817
Custos com publicidade e comunicação	223	177
Vigilância e segurança	412	412
Outros (inferiores a 400 milhares de Euros)	1.005	1.029
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>6.697</b>	<b>7.125</b>

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

## 22 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” decompõe-se da seguinte forma:

	Mar 2016	Mar 2015
<b><u>Remunerações</u></b>		
Órgãos sociais	595	606
Pessoal	7.958	7.986
	<u>8.552</u>	<u>8.591</u>
<b><u>Encargos sociais e outros gastos</u></b>		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	1.576	1.514
Encargos sobre remunerações	1.767	1.789
Custos de ação social	23	12
Outros	526	624
	<u>3.892</u>	<u>3.940</u>
<b>Total de Gastos com o pessoal</b>	<b>12.445</b>	<b>12.531</b>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

## 23 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	Mar 2016	Mar 2015
Custos de funcionamento da ERSE i)	2.302	2.302
Impostos	290	198
Donativos e Quotizações	721	625
Outros	252	195
	<b>3.565</b>	<b>3.321</b>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

## 24 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	Mar 2016	Mar 2015
<b>Gastos de financiamento</b>		
Juros suportados	24.379	27.129
Instrumentos financeiros derivados	1.775	-
Perdas em outros ativos financeiros	147	17
Outros gastos financeiros	253	823
	<b>26.555</b>	<b>27.969</b>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos	7	65
Instrumentos financeiros derivados	2.980	3.556
	<b>2.987</b>	<b>3.621</b>

## 25 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, e Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro, para os exercícios de 2015 e 2016, respetivamente.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2016 (1 de janeiro de 2016) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (i.e. o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de Janeiro de 2016) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determináveis, a REN reconheceu um passivo no montante de 25.938 milhares de Euros (Nota 17) (no período de três meses findo em 31 de março de 2015 foi de 25.445 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

## 26 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Mar 2016	Mar 2015
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	6.084	20.305
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3.881.374	3.881.374
<b>Nº de ações no período</b>	<b>(3)</b>	<b>530.118.626</b>	<b>530.118.626</b>
<b>Resultado básico por ação (euro por ação)</b>	<b>(1)/(3)</b>	<b>0,01</b>	<b>0,04</b>

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

## 27 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 13 de abril de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2015, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros.

A distribuição de dividendos, apurados em função do resultado consolidado do exercício de 2014, ascendeu a 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação). O dividendo atribuível às ações próprias ascendeu a 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

## 28 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Mar 2016	Dez 2015
BEI	Para garantir empréstimos	310.419	310.419
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.152	2.152
Operador Mercado Ibérico	Garantir a liquidação da dívida exequenda	-	2.000
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Instituto da Segurança Social	Garantir a liquidação da dívida	511	511
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	205	205
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Garantia prestada no âmbito de subsídio ao investimento (Reforço Beira Interior)	177	177
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Garantia de processos em curso	153	153
Câmara Municipal de Aveiro	Garantia de processos em curso	87	87
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	84	84
GSE - Georgian State Electrosystem JSC	Contrato de Prestação de Serviço	57	28
Câmara Municipal de Lisboa	Garantir a suspensão da cobrança da Taxa Municipal	9	-
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Garantir a suspensão do Processo de Execução n.º 412/13	2	2
Alrisa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Contrato de arrendamento urbano	-	15
		<b>341.576</b>	<b>343.553</b>

## 29 PARTES RELACIONADAS

### Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	Mar 2016		Dez 2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.370.665	5,31%	28.370.665	5,31%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
Gestmin, SGPS, S.A.	23.125.892	4,33%	32.040.000	6,00%
The Capital Group Companies, Inc.	11.059.535	2,07%	-	-
Ações próprias	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
<i>Free float</i>	200.555.199	37,56%	202.700.626	37,96%
	<b>534.000.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>534.000.000</b>	<b>100,00%</b>

### Transações de ações por membros do Conselho de Administração

No decorrer do primeiro trimestre de 2016, o vogal do Conselho de Administração, José Luís Arnaut, informou que foram realizadas transações sobre ações representativas do capital social da REN, através de uma entidade sua relacionada (Platinumdetails - Consultoria e Investimentos, Lda.), tendo sido adquiridas 7.107 ações.

Para além da transação mencionada, não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2015.

### Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2016, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 595 milhares de Euros (606 milhares de Euros em 31 de março de 2015) conforme quadro abaixo:

	<b>Mar 2016</b>	<b>Mar 2015</b>
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	381	392
Prémio de gestão	214	214
	<b>595</b>	<b>606</b>

### Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 3.2 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015).

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

## Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

### Rendimentos

	Mar 2016	Mar 2015
<b><u>Vendas e prestações de serviços</u></b>		
Faturação emitida - EDP	277.550	268.166
Faturação emitida - REE	319	513
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	32	18
<b><u>Rendimentos financeiros:</u></b>		
Rendimentos financeiros - OMIP	-	114
	<b><u>277.900</u></b>	<b><u>268.811</u></b>

Os valores apresentados como faturação emitida à EDP referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como uma operação de “Agente”, cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

### Gastos

	Mar 2016	Mar 2015
<b><u>Fornecimentos e serviços externos</u></b>		
Faturação recebida - EDP	85.704	118.327
Faturação recebida - OMIP	-	63
Faturação recebida - REE	2.347	1.271
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut <sup>1</sup>	23	28
	<b><u>88.074</u></b>	<b><u>119.688</u></b>

<sup>1</sup> Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut

Os valores apresentados como faturação recebida da EDP são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “Agente” do ponto de vista de reconhecimento do crédito.

## Saldos

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Mar 2016	Dez 2015
<b><u>Cientes e outras contas a receber</u></b>		
EDP - clientes	89.137	71.637
EDP - cauções	155	155
EDP - outros devedores	1.353	1.416
OMIP - clientes	20	-
OMIP - outros devedores	18	-
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	117	116
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Clientes	7	8
REE - Clientes	78	148
	<b>90.888</b>	<b>73.481</b>
<b><u>Fornecedores e outras contas a pagar</u></b>		
EDP - saldo em fornecedores	11.581	8.945
EDP - saldo em outros credores	10	-
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	-	2
REE - Fornecedores	911	1.188
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores <sup>1</sup>	12	6
	<b>12.515</b>	<b>10.141</b>

<sup>1</sup> Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut

## 30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem quaisquer situações de eventos subsequentes a reportar.

---

## O Contabilista Certificado

Maria Teresa Martins

## O Conselho de Administração

**Rodrigo Costa**  
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

**Manuel Champalimaud**  
(Vogal do Conselho de Administração)

**João Faria Conceição**  
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

**Jorge Magalhães Correia**  
(Vogal do Conselho de Administração)

**Gonçalo Morais Soares**  
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

**José Luís Arnaut**  
(Vogal do Conselho de Administração)

**Guangchao Zhu**  
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

**Manuel Sebastião**  
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

**Mengrong Cheng**  
(Vogal do Conselho de Administração)

**Gonçalo Gil Mata**  
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

**Longhua Jiang**  
(Vogal do Conselho de Administração)

**Maria Estela Barbot**  
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

**Omar Al Wahaibi**  
(Vogal do Conselho de Administração)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e contas (1º Trimestre de 2016) foram rubricadas pela Secretária da Sociedade, Marta Almeida Afonso, e pela Contabilista Certificada, Maria Teresa Martins.